



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640014 - AC (2021/0012505-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADOS : DION NÓBREGA LEAL - AC000681
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : ANTONIO JAILSON DA SILVA SALES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO JAILSON DA SILVA SALES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (Agravado de Execução Penal n. 0101495-88.2020.8.01.0000).

O paciente foi condenado à pena total de 11 anos e 2 meses de reclusão pela prática dos crimes de roubo circunstanciado e tráfico de drogas.

Sustenta que a reforma oriunda da Lei n. 13.964/19 reconhece a necessidade de cumprimento de apenas 2/5 (40%) da pena para a progressão de regime, nos termos do art. 112 da Lei n. 7.210/84, eis que o apenado não é reincidente específico em crime hediondo ou equiparado.

Requer, liminarmente, a utilização do patamar de 2/5 (40%) de pena cumprida para progressão de regime. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a impossibilidade de utilização do patamar pretendido (fl. 162):

[...]

A Lei nº 13.964/19, que alterou o artigo 112, da Lei nº 7.210/84, revogando o artigo 2º, § 2º, da Lei nº 8.072/90, ao dispor sobre o prazo para progressão de regime em crimes hediondos ou equiparados, fez menção somente à reincidência como motivo para maior encarceramento e não em reincidência em crime da mesma natureza ou específica. O fato de um réu ter sido considerado reincidente na condenação por crime hediondo ou equiparado, já é o bastante para aplicar a fração três quintos ou sessenta por cento.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência